

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 052

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MAIO DE 2001**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Basílio Zanusso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Não há número suficiente de deputados para prosseguimento da sessão, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há número suficiente de deputados para o prosseguimento da sessão.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 014/2001

Curitiba, 27 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na esquina de permuta da data de terras nº 01, da quadra nº 10-A, com a área de 525,00m², situada no município de Arapongas, na Rua Falcão, esquina com a Rua Flamingos, sob matrícula nº 2667, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, doada pelo Estado do Paraná, conforme faz prova a Escritura Pública de Doação de 11.05.1979, às fls. 100v a 101v, do Livro nº 157, do 1º Tabelião da comarca de Arapongas, de acordo com a Lei nº 4.737, de 28.06.63, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas, denominado salas sob nºs 101, 102, 103 e 104, com área total de 556.844m², e matrícula nº 17.394, do Livro nº 2, do 2º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Arapongas, situadas no 1º andar, 2º pavimento, do Edifício Palácio Indústria e Comércio de Arapongas, confrontando-se pela frente com a Rua Avestruz, ao lado esquerdo com a data nº 6, aos fundos com a área de uso comum e parte com as datas nºs 1,2,3,4 e 8, ao lado direito com a Praça Júlio Junqueira.

O plano de lei em referência visa, portanto, com a pretendida permuta, melhor atender às necessidades da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, que terá sua sede mais adequadamente localizada em áreas amplas, no referido Palácio da Indústria e Comércio de Arapongas.

Vale, por outro lado, ressaltar que o anexo anteprojeto de lei, contém dispositivo expresso no sentido de que a objetivada anuência somente seja concedida se o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas receber em permuta, ficar gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a anuir na escritura de permuta da data de terras nº 01, da quadra nº 10-A, com área de 525,00m², situada no município de Arapongas, na Rua Falcão, esquina com rua Flamingos, sob matrícula nº 2.667, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, doada pelo Estado do Paraná, conforme faz prova a Escritura Pública de doação de 11.05.1979, às fls. 100v a 101v, do Livro nº 157, do 1º Tabelião da comarca de Arapongas, de acordo com a Lei nº 4.737, de 28.06.63, pelo imóvel de propriedade do município de Arapongas, denominado salas sob nºs 101, 102, 103 e 104, com área total de 556,844m², e matrícula nº 17.394, do Livro nº 2, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Arapongas, situadas no 1º andar, 2º pavimento, do Edifício Palácio Indústria e Comércio de Arapongas, confrontando-se pela frente com a Rua Avestruz, ao lado esquerdo com a data nº 6, aos fundos com a área de uso comum e parte com as datas nºs 1,2,3,4 e 8, ao lado direito com a Praça Júlio Junqueira.

Art. 2º - A anuência de que trata esta lei, somente será prestada se o imóvel que a Associação Comercial e Industrial de Arapongas receber na referida permuta, ficar gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 033/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transparência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$594.050,00, sendo R\$506.370,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$87.680,00, destinados à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04/2001, do senhor José Tavares, presidente do Funrestran, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito - Funrestran, referente ao exercício financeiro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/132, 134 e 135/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

294/2000: de autoria do deputado Divanir Braz Palma que autoriza o Poder Executivo a criar através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, o Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.128. **Anote-se - Arquite-se.**

009/99: De autoria do deputado Ângelo Vanhoni que cria o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.133. **Anote-se - Arquite-se.**

232/2000: De autoria do deputado Cezar Silvestri que, reserva 3 (três) vagas para serem disputadas entre os índios integrantes das sociedades indígenas paranaenses, nos vestibulares das universidades estaduais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.134. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 107/2001, da senhora Leide Mara Schmidt, vice-reitora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando prestação de contas daquela Universidade, relativa ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 115/2001, da senhora Neusa Altoé, reitora da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando prestação de contas daquela Universidade, referente ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 132/01, do senhor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Tony Garcia, que pede esclarecimentos sobre precatórios judiciais devidos pelo Estado. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 133/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Antonio Anibelli, que pede esclarecimentos sobre acervo histórico do Banestado. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 131/2001, do senhor Ingo Henrique Hubert, secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre transparência de créditos do Banco Banestado S.A. para a empresa Rio Paraná Consultoria Securitizadora de Créditos Financeiros. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 263/2001, do senhor Alceni Guerra, chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Marcos Isfer, que pede esclarecimentos acerca da existência de intenção de subdivisão

da área de transmissão da Copel. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 578/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre valores arrecadados pelo Detran, provenientes de cobrança de multas e infrações. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 017/2001, do senhor Rafael Greca de Macedo, secretário de Estado da Comunicação Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre propaganda institucional acerca da venda da Copel. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 285/2001, do senhor Alcení Guerra, chefe da Casa civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Algaci Tulio, que pede esclarecimentos sobre venda de dados cadastrais de usuários da Copel. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 456/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, coordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando convênio com a Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina, no valor de R\$60.000,00 do Ministério e R\$12.000,00 em contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da Ruraltech 2001 - Mostra Internacional de Tecnologia para o Agronegócio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 01/2001, do senhor Walter Alves de Souza, diretor presidente da Paraná Investimentos S.A. encaminhando relatório de atividades relativos ao período de 01.10.2000 a 31.03.2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 039/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, destinado à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada e Abrigo/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 777/2001, do senhor José Tavares, secretário da Segurança Pública, encaminhando prestação de contas do Departamento de Trânsito- Detran, referente ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 316/2001, do senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor presidente da Sanepar, encaminhando prestação de contas da Sanepar, referente ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 067/2001, do senhor Gunther Herbert Hoffmann, presidente da Claspar, encaminhando prestação de contas referente ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 029/2001, do senhor José Haroldo Carneiro Lobo, diretor presidente da Ferroeste, encaminhando relatório de atividades e demonstrativos financeiros. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 08/2001, do senhor Nelson Teixeira de Freitas Guimarães, diretor técnico da Paraná Investimentos S.A., encaminhando prestação de contas relativo ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 187/2001, do senhor Bernardo Monemis, diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 062/2001, do senhor Paulo Yoshikatsu Kawahara, diretor presidente da Comec, encaminhando prestação de contas, relativo ao exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 161/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as agências bancárias em todo o Estado do Paraná, obrigadas a colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

Art. 2º - Para os efeitos da lei, entende-se como tempo razoável para o atendimento:

I - até 20 (vinte) minutos em dias normais;

II - até 30 (trinta) minutos nos dias de pagamento dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais;

III - até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 1º - Os bancos ou suas entidades representativas deverão informar com antecedência ao órgão encarregado de fazer cumprir esta lei, as datas mencionadas nos incisos II e III.

§ 2º - O tempo máximo de atendimento referido nos incisos I, II e III, leva em consideração o fornecimento normal dos serviços essenciais à manutenção o ritmo normal das atividades bancárias, tais como energia, telefonia e transmissão de dados.

Art. 3º - As agências bancárias têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta lei, para adaptarem-se às suas disposições.

Art. 4º - O não cumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às seguintes punições:

I - advertência;

II - multa de 200 (duzentas) UFIR's (Unidades Fiscais de Referência);

III - Multa de 400 (quatrocentas) UFIR's (Unidades Fiscais de Referência, após a 3ª reincidência).

Art. 5º - As denúncias dos usuários dos serviços bancários, devidamente comprovadas, deverão ser encaminhadas ao órgão estadual competente, o Procon-PR, ou órgão similar encarregado de zelar pelo cumprimento desta lei, concedendo direito de defesa ao banco.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Há muito o sistema bancário entrou na era da informática, imaginávamos que num futuro bem próximo os serviços seriam aqueles que todos nós sempre desejamos, ou seja ágeis.

Logo teríamos agilidade para realizar os pagamentos, saques, entre outros serviços que foram melhorados através de sistemas eletrônicos. Pagamentos de contas, como água, luz, telefone já podem ser feitas até em farmácias, supermercados e casas lotéricas.

Mesmo com todas estas opções, o atendimento bancário continua lento com filas imensas. Enquanto aguardam, as pessoas estão deixando de realizar outras atividades profissionais, educacionais e de lazer. Hoje, mais do que nunca, as pessoas vivem em função do tempo. A agilidade da tecnologia precisa ser colocada em prática também nestes casos. Os sistemas de qualidade precisam voltar-se ao cliente, que muitas vezes tem uma imagem negativa da instituição em função da demora no atendimento. É sabido de todos, que as instituições bancárias reduziram o número de funcionários na busca de lucros a qualquer custo, sem se preocupar com o prejuízo da população.

Em função dos motivos acima expostos e muitos outros, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, a aprovação deste projeto de lei, que é, com certeza, uma justa e antiga aspiração da população.

PROJETO DE LEI Nº 162/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a cobrança de religação cobrada pelas empresas prestadoras de serviço público de saneamento e de energia elétrica (Sanepar e Copel), nos casos em que a suspensão no fornecimento do serviço for motivada pela falta de pagamento da fatura.

Art. 2º - Após o pagamento do débito que originou a suspensão no fornecimento do serviço, a empresa prestadora terá prazo de 04 (quatro) horas para efetuar a religação de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 07.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa beneficiar os contribuintes cujas condições financeiras não lhe permitem arcar com o pagamento da taxa suplementar de religação dos serviços de fornecimento de saneamento e de energia elétrica, imposta pelas respectivas empresas prestadoras.

Atualmente a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, cobra uma taxa que varia de R\$2,57 a R\$10,63, conforme o tipo de ligação da rede (monofásico, bifásico e trifásico), para a religação do fornecimento em caráter normal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Já a Companhia Paranaense de Saneamento - Sanepar, cobra uma taxa de R\$27,95 nos casos em que o desligamento ocorre com a retirada parcial do hidrômetro, enquanto que nos casos em que ocorre a retirada total do hidrômetro e "cavalete", a taxa cobrada para religação é de R\$89,59.

Por isso, tendo em vista que o motivo de ambos os desligamentos é o atraso no pagamento da fatura de serviços, a cobrança destas taxas suplementares agrava em muito a difícil situação por que passa o contribuinte, pois em muitos casos, principalmente na área de saneamento, o valor cobrado a este título em muito excede o valor do débito em atraso.

Assim, ante a grave dificuldade e as vezes impossibilidade do contribuinte regularizar seus pagamentos junto às empresas prestadoras, por uma questão de justiça social se faz necessário que a cobrança de tais taxas seja de pronto proibida no Estado do Paraná.

Isto posto, contando com o apoio dos nobres pares, esperamos ver a presente proposição aprovada.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada Luciana Rafagnin.

Uso esta tribuna para registrar aquilo que todo o Paraná e o Brasil tomaram conhecimento na sexta-feira, que foi o fato da prisão do ex-deputado estadual, ex-prefeito de Londrina, cassado, Antônio Belinati e não o faço com nenhum sentimento de alegria. Muito pelo contrário, o faço com pesar, como homem público, com pesar como membro desta Casa, porque também a ele pertenceu por vários mandatos, mas não posso dizer que a justiça não

prevaleceu, que a justiça não teve o seu tempo para que pudesse exercer.

O jornal Folha do Paraná, para nós do norte, Folha de Londrina, traz no editorial de sábado, a seguinte manchete: “Melancolia e Vitória - O dia 4 de maio de 2001 haveria de marcar um acontecimento melancólico na história do político Antônio Belinati, a sua prisão, por desmandos administrativos, homem público de carreira sempre ascendente. Desde que se elegeu vereador por Londrina, Belinati exerceu 4 diferentes funções eletivas e por três mandatos foi prefeito”.

E por que foi o senhor cidadão Antônio Belinati preso na última sexta-feira? Justamente em função da corrupção, em função do desmando, em função do desrespeito ao cidadão e ao erário público. Uma das razões maiores para que isto pudesse ocorrer, foi justamente a negociata havida entre uma empresa pública do Estado do Paraná, a Copel, e outra, uma autarquia municipal, Serviço de Telecomunicações de Londrina - Sercomtel. Esta negociata que não só aconteceu entre a Copel e a Sercomtel, mas que também aconteceu nesta Casa, é que determinaram a prisão que hoje se vê em manchetes nos jornais, e ali, quando no dia 12 de setembro de 1999 nós usamos desta tribuna para dizer que o prefeito Antônio Belinati de então, não tinha mais as condições morais para continuar como prefeito daquela cidade, porque conhecíamos, vivenciamos na eleição de 98 o *modus operandi* com que foram conquistadas as eleições e os apoios que Londrina emprestou a alguns parlamentares da esfera estadual e da esfera municipal. E sabemos ainda que não fica no senhor Antônio Belinati, não fica nas 118 pessoas arroladas no processo de corrupção em Londrina. Ainda está faltando gente, está faltando gente graúda. Foram os que comandaram, com certeza, senhor presidente, o grande processo de facilitação da corrupção em Londrina.

O município que tem a vice-governadora - esposa do prefeito - e que tem aqui três deputados, não ficou só nesses sete que tiveram sua prisão preventiva decretada. O processo resultou das operações ocorridas no dia 21 de janeiro de 1999. Só num dia é que se deu esse envolvimento todo e tem mais nove processos para dar entrada no Ministério Público. E, com certeza, no meio da semana, o Ministério Público entra com um processo de prisão que acontece no final de semana e no início da semana será solto, mas mostra que a justiça está caminhando. Mostra que mesmo tardia, mesmo capenga em algumas questões, a Justiça está se fazendo presente, e o cidadão está a observar que aqueles que roubam e desviam milhões, não podem ficar impunes fazendo o escárnio da população, quando ainda têm o atrevimento - deputado Valdir Rossoni, de ter um programa em rádio e fazer proselitismo, com certeza, da corrupção.

Por isso, observamos que foi um dia de melancolia, com um sentimento de vitória da sociedade. Melancolia porque quando vê um ex-prefeito de 3 mandatos na situação em que está, o cidadão passa a pensar em que

mundo vivem os políticos e que mundo constituem os políticos. Que mundo constituem os representantes da população. E não tenham dúvidas: a questão da ética, da coerência estão cada vez mais presentes na análise e no julgamento.

E esta Casa, tenho certeza, fará do episódio da Copel, não um episódio do Banestado, que também a “Folha do Paraná” já vem mostrando aquilo que nós demonstramos no dia seguinte. Que o banco foi entregue por 51 milhões de reais.

Nós não podemos permitir que a Copel seja o segundo exemplo do Banestado no Estado do Paraná. Nós precisamos levantar este processo de venda da Copel, antes que ele ainda manche mais, antes que ele enlameie boa parte da classe política deste Estado.

Este processo precisa ser sustentado porque, caso contrário, este governo não terá condições de terminar, porque vai acabar, com certeza, deputado Algaci Tulio, num impeachment, feito não por esta Casa, mas patrocinado pela própria população do Paraná.

Portanto, que o governo Lerner suste o processo de venda da Copel, porque as consequências não só política e de julgamento moral para este Estado, serão muito mais graves do que aquilo que puder auferir do resultado da venda da Copel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

O litoral do Estado do Paraná, mais propriamente balneário de Matinhos foi atingido na madrugada do último sábado, por uma ressaca que não era prevista até mesmo pelos pescadores, que sabem quando vai chover e quando não vai chover, quando vai dar peixe e quando não vai dar peixe. Mas a verdade é que, lamentavelmente, o município de Matinhos foi castigado por uma ressaca que provocou a destruição de mais de 20 casas, a destruição parcial de outras 47 residências, 4 pessoas ficaram feridas e aproximadamente 400 pessoas ficaram desabrigadas, em consequência dessa ressaca. Aproximadamente de 6 a 8 quilômetros da orla marítima do centro de Matinhos em direção à Praia de Leste, ao município de Pontal do Paraná, foram destruídos por essa ressaca que trouxe, além dos prejuízos incalculáveis, um problema a social à cidade de Matinhos.

E esta questão do município de Matinhos é um problema que nós acompanhamos já ao longo dos anos. Nós, que temos dado uma atenção toda especial para o litoral do Estado do Paraná, para o pequeno litoral, que lamentavelmente não tem recebido dos governos uma atenção maior para que ele possa se projetar no sentido de até oferecer algo melhor para os turistas, ou para nós

que somos veranistas, ou para os nativos que dependem da pesca, do artesanato.

E quem vive no nosso litoral está sofrendo constantemente as agressões: quando não é a Petrobrás que derrama óleo e atinge os rios e a Baía de Paranaguá, quando não é o caminhão que se acidenta na Serra do Mar, também provocando vazamentos, quando não é trem que descarrilha na Serra da Graciosa, provocando novos acidentes, acontece a fúria da natureza.

A natureza que volta, que deseja ocupar o lugar que sempre foi seu e que lamentavelmente o homem, na ganância, acaba invadindo espaços que, evidentemente, não seriam os mais corretos. A cidade de Matinhos tem sofrido constantemente com esta situação. Já o prefeito anterior, o prefeito Chiquinho, cobrava o governo do Estado algumas situações. E lembro-me que há anos atrás estávamos lá eu e o secretário do Meio Ambiente, logo após uma ressaca que destruiu o calçadão da cidade, que derrubou muros e derrubou casas também. Ficou a promessa de fazer uma engorda na praia, utilizar areia, utilizar pedras, e colocar lá na arrebentação das ondas. Ficou somente na promessa. Falou-se em fazer os muros de arrimos, os moles, a exemplo da Praia Mansa de Caiobá, também não aconteceu. E o que ocorre, minha gente? Matinhos acaba sofrendo mais uma ação da violência das águas e teve essa situação verificada na noite de sábado, madrugada de ontem. Estive neste final de semana por três vezes consecutivas, num vai e volta, no litoral do Estado.

E, durante todo o dia de ontem, lamentavelmente, não vimos uma ação mais efetiva através dos órgãos do governo, do IAP, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Suderhsa, para que efetivamente pudesse dar já o primeiro socorro à cidade. O prefeito Arcedino Seda, me falava ainda há duas horas atrás, por telefone, aguardando, evidentemente, hoje essas providências, que já deveriam ter sido tomadas no dia de ontem, para amenizar o problema daqueles que perderam as suas casas.

É preciso que a Cohapar faça, em conjunto com o município de Matinhos, um trabalho de relocação desses pescadores que perderam as suas casas, conseguindo uma área nas proximidades, fora evidentemente desta área de maré, para que se possa assentar esses pescadores o mais depressa possível.

É preciso também, ao mesmo instante, que se faça uma desapropriação nesta área, que se transforme essas áreas em áreas de lazer, para que quando a maré vier alta, quando essa ressaca chegar, a água tenha onde se espalhar, sem ter que fazer a arrebentação em cima de moradias, em cima de muros e tudo mais.

Portanto, senhor presidente, nós sabemos, recebi há pouco a informação também do doutor Andrighetto, do IAP, informando que agora neste horário, possivelmente o governador vai estar em Matinhos para ver de perto o estrago. Tomara que o governador vá e veja a urgência das medidas a serem tomadas. Não é possível mais, ou se toma uma atitude definitiva, porque em medi-

das paliativas de colocar pedras, colocar areia, não vai resolver, porque a água vai levar de qualquer maneira. Está lá a Avenida Atlântica, com mais de sete quilômetros, completamente destruída, sem condições de tráfego, e isso leva para que haja também uma desvalorização dos imóveis nesta região.

Portanto, senhor presidente, faço este registro, em nome da população de Matinhos, em nome do prefeito Arcedino Duarte, o Seda, prefeito da cidade de Matinhos que pede nesta hora, uma ação mais efetiva por parte do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados:

Não foi alegria, senhor presidente, não foi com entusiasmo que nós, no final de semana passada, assistimos a prisão do ex-prefeito de Londrina - Antônio Belinati. Não tivemos nenhuma alegria de ver aquele fato, lamentável, triste, e não recomendável para a vida de qualquer cidadão que atue ou não, na vida pública. Mas, o que se passou, o Brasil assistiu: a prisão do ex-prefeito de Londrina, prefeito da maior cidade do interior do Paraná, esposo da vice-governadora, Emília Belinati. O que nós temos que fazer, senhor presidente, é rememorar os fatos, para, rememorando-os, fazer um encaminhamento aqui nesta Casa.

A Assembléia Legislativa do Paraná deixou de investigar na época, através da CPI, aquela situação que começava a "soltar fumaça", envolvendo o governo do Paraná, a Copel a Prefeitura de Londrina, através do Sercomtel. No mês de maio de 1998, seis meses antes da eleição que reelegeu o governador Jaime Lerner operou-se aquele escândalo envolvendo o prefeito Antonio Belinati. O governador Jaime Lerner, determinou que a Copel comprasse 45% das ações do Sercomtel, pagando cento e oitenta e seis milhões de reais. E, de lá para cá, a sociedade do Paraná sabe exatamente, o que aconteceu.

Por essa atitude nebulosa, o prefeito de Londrina, Antonio Belinati, que desfruta nas pesquisas de opinião pública índices absolutamente estratosféricos, 80% de aprovação popular. Era tido como reeleito sem sair de casa. Isso, senhor presidente, a menos de um ano atrás.

De repente, através de um trabalho firme e decidido do Ministério Público de Londrina, chegou-se à conclusão que o Paraná e o Brasil inteiro de forma mais triste e dolorida assistiram no final de semana, a prisão do prefeito da maior cidade do interior do Paraná, a cidade de Londrina.

Mas, senhor presidente, é preciso que esta situação evolua, porque não acreditamos, em hipótese alguma, que somente o prefeito de Londrina tenha culpa em cartório. Estamos convictos de que tem gente "graúda", mais

“graúda” ainda que o prefeito de Londrina, como mentor intelectual, como ordenador dos escândalos que marcaram, de forma pejorativa, na política do Paraná, envolvendo a maior cidade do interior do nosso Estado, envolvendo políticos que tinham repercussão no Paraná, como é o caso do prefeito de Londrina cassado e preso, como é o caso da...

Se vossa excelência autorizar, faço uso do horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa excelência passa a fazer uso do Horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Como é o caso da vice-governadora, eleita com o governador Jaime Lerner, reeleita em 1998.

Senhor presidente, senhora Emília Belinati. Estamos convictos, como estávamos convictos, nós da Oposição, aqui nesta Casa, que esse escândalo era de repercussão gravíssima e que se a Assembléia Legislativa não procedesse às investigações necessárias, estaríamos perdendo o “bonde da história”. E perdemos! Quem não perdeu foi o Ministério Público. Quem não perdeu foi a Justiça, que foi atrás, que investigou, que catalogou documentos, que provou e que sentenciou, senhor presidente, prendendo cinco ou seis pessoas, mas tendo já uma relação enorme, segundo informações, mais vinte pessoas que terão as suas prisões preventivas decretadas.

Agora estamos convictos, cada vez mais, nós da Oposição, do PMDB, de que aqueles políticos do Paraná, que foram também responsáveis pelo crime de desvio, pelo crime de “lesa-pátria”, pelo roubo, pela corrupção e também têm que ser punidos.

Não pode só o prefeito e o ex-prefeito de Londrina “pagarem o pato” sozinhos. Aquelas outras pessoas que lhe envolveram, para que até ele fizesse base deste escândalo rumoroso, que deixou a população do Paraná perplexa, têm que pagar, também senhor presidente.

E nós não temos dúvida que o governador Jaime Lerner está envolvido neste escândalo. Está sim! Está sim, de forma direta e de forma indireta. De forma direta, porque foi a Copel quem comprou as ações da Sercomtel. De forma direta, porque este dinheiro desviado da Prefeitura de Londrina foi usado nas campanhas eleitorais, para fazer com que o senhor Jaime Lerner hoje estivesse ali no 3º andar do Palácio Iguaçu.

De forma indireta, através das inúmeras pessoas que nós, todos os dias tomamos consciência dos seus envoltimentos nestes atos escandalosos.

O governador tem culpa, senhor presidente, como a vice-governadora tem culpa. E é por isso que nós continuamos, quando fomos à Justiça, a pedir o afastamento da senhora Emília Belinati, do cargo de vice-governadora, porque não reúne as condições morais de governar o nosso Estado. Nós iremos continuar pedindo que Emília Sales Belinati peça o afastamento do cargo de vice-

governadora, até que se prove, cabalmente, que ela é isenta de todo este escândalo que marca o Paraná de forma triste, faz com que a página do nosso Estado, a página política, vire uma página policial, que degrada a moral, que degrada o bom conceito do nosso Estado!

Então, senhor presidente, nós do PMDB, queremos aqui deixar muito firme nossa posição, de que nossa crença aumenta dia após dia no envolvimento do governador Jaime Lerner.

Nós queremos também além de formular oficialmente este pedido, que a vice-governadora Emília Belinati se afaste das funções de vice-governadora do Paraná, até que sejam concluídas as investigações de Londrina, porque quando lá estivemos, numa comissão de deputados, o Ministério Público de Londrina revelou dados que envolviam a vice-governadora do Paraná, envolviam no desvio de recursos da Prefeitura de Londrina.

Por isso, nós do PMDB, se a vice-governadora por si só não pedir seu afastamento, nós iremos interpellá-la, aqui nesta Casa, se for o caso na Justiça, para que ela se afaste do cargo de vice-governadora, a fim de que não parem dúvidas em relação ao seu comportamento, no desvio de milhões de reais da Prefeitura Municipal de Londrina, que teve sua fonte pagadora o Governo do Paraná, quando comprou 45% das ações do Sercomtel, que pertencia à prefeitura daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero chamar a atenção da Casa para o assunto Copel.

Sempre Copel. Esta é uma batalha grande que nós temos que vencer em nome do povo do Paraná.

Quero dizer aqui, o seguinte: os jornais, mais precisamente a Folha do Paraná, estampa uma notícia que nos leva a raciocinar em relação à privatização da Copel.

Veja bem o que diz a Folha do Paraná: “números mostram que Itaú levou o Banestado de graça”. “Compra do banco eleva lucro do Itaú no primeiro trimestre”.

Nos três primeiros meses de 2001, o Itaú registrou lucro líquido de 625 milhões. Ora, esse lucro é proveniente da incorporação ao seu patrimônio do Banco do Estado do Paraná. Incorporação porque o banco foi de graça, aquilo que os paranaenses fizeram durante tantos e tantos anos, foi simplesmente dado de graça ao banco Itaú.

Eu pergunto: esse lucro monumental do Itaú nos três primeiros meses, já em função da incorporação do Banestado, certamente nos leva a pensar que a mesma situação acontecerá quando a Copel deixar de ser propriedade do povo do Paraná, para ser transferida para algum grupo que certamente vai se beneficiar de maneira estrondosa daquilo que vai receber, que é a Copel, uma

empresa competente, competitiva e extremamente em condições de disciplinar o nosso amanhã, o futuro do Paraná.

Em relação ao problema da Copel, senhores deputados. Quero dizer o seguinte: o senhor Sérgio Valdir Bajai, que é diretor do Departamento Nacional de Política Energética do Ministério de Minas e Energia, está dizendo que, se confirmarem a venda da Copel de outras empresas, sairemos de uma situação de monopólio estatal, que é tão combatido pelos neoliberais, para chegarmos à situação de um oligopólio privado.

Gostaria de perguntar aos senhores deputados o seguinte: a quem interessa a criação de um oligopólio no setor da energia? Simplesmente às pessoas que terão lucros fantásticos nessa direção!

E diz o secretário Nacional do Ministério de Minas e Energia, que lá no Canadá estava se caminhando para a privatização das empresas de energia elétrica e o que aconteceu nesses últimos tempos? Eles resolveram retornar, recuar a situação existente e não fazer a privatização das suas empresas, porque com a falta de energia, com o crescimento da demanda que certamente irá acontecer, os lucros serão fantásticos e o Governo do Canadá já decidiu que não vai privatizar o seu setor de energia elétrica.

Estou ligando a situação do Banco Itaú à situação da Copel, para dizer que nós só temos um caminho a seguir nesse caso: fazermos a coleta das assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular, trazê-lo aqui a esta Casa, e através deste projeto, de iniciativa popular, impedirmos que o Governo do Paraná cometa esse crime que está sendo anunciado, que é a venda da Copel.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente.

Teremos em breve, eleições no Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná. Está se estranhando muito, que é uma movimentação interna do sindicato, de alguns delegados que querem a mudança no Estatuto da Polícia Civil. Estão até indicando nome de uma pessoa envolvida com o esquema do narcotráfico para candidato ou candidata a presidente desse sindicato.

Assunto que nos preocupa por demais, já que o Estado do Paraná tem que passar essa fase do problema de narcotráfico. Uma fase de solução. Arrumar a política interna, tanto a militar, como a civil, ter uma nova política de segurança para o Estado do Paraná, que aliás, é debate da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, patrocinado pela Bancada do PT.

Na semana passada, várias organizações ligadas à Reforma Agrária, aos Direitos Humanos, com o patrocínio da Associação Brasileira de Reforma Agrária, a "ABRA", da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, com a presença de lideranças, como: Adolph

Schivel, Prêmio Nobel da Paz, como as Mães da Praça de Maio, vieram aqui para o Tribunal Internacional dos Crimes de Latifúndio, porque o Estado do Paraná adotou as práticas da ditadura, as práticas mais violentas da repressão popular, que a ditadura treinava, trouxe para o Paraná para combater as ocupações do MST.

Desocupações de terra, pela madrugada, sem respeitar as famílias, crianças, contrariando a lei, prendendo jornalista, a exemplo do jornalista da Folha do Paraná, que lá foi fazer depoimento. Usando táticas de tortura psicológica, física, como relatou o major da Polícia Militar, do Nordeste, que esteve presente ontem aqui.

E o Governo do Paraná se fez ausente, dizendo que era um Tribunal de Exceção e tudo o mais. É verdade que o governo quer que ele seja um Tribunal de Exceção. Porque o governo quer fazer presença. Ele já fez a presença dele, com os desmandos da polícia, dando ordem para a polícia.

Mas, é um tribunal de opinião. É um tribunal moral. De altíssima qualidade, com grande repercussão nacional e internacional. Mas, o Governo do Paraná, mandou uma nota oficial aos jornais, para contestar o Tribunal, sinal que deu a importância a ele. O Governo do Paraná, reconheceu a importância do tribunal. A sociedade organizada fez o Tribunal dos Crimes de Latifúndio e o governo gastou uma pequena fortuna para publicar em todos os jornais do Paraná, a sua nota oficial. Tenho comigo, todos os valores que o governo pagou para divulgar a nota oficial nos vários jornais do Paraná. Mais de 150 mil reais num só dia, para uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete empresas jornalísticas, para divulgar a versão do governo - 150 mil reais, em um dia. O tribunal foi feito com pouco mais de 20 mil reais. Dezoito mil reais pagou-se, pelo monumento em homenagem ao Antônio Tavares Pereira e um pouco mais de vinte mil reais, o tribunal. E o governo gasta 150 para emitir uma nota oficial, mostrando que ele paga muito caro e valorizou demais esse tribunal.

Fica, aqui, este registro, portanto.

Por fim, senhor presidente, venho a esta tribuna, para hipotecar o apoio a algumas iniciativas que estão sendo tomadas por este Legislativo, pelo fim do voto secreto. Soube, pela imprensa, que o deputado Moysés Leônidas tem um projeto de lei. Agora, há pouco fui consultado pelo deputado Algaci Tulio, para assinar uma Emenda Constitucional, extinguindo o voto secreto.

Para nós que queremos que a votação aqui na Assembléia Legislativa seja aberta, às claras, sobretudo quando vai se tratar do veto ao projeto de lei da Copel, nós não queremos assinar esse projeto, mas queremos, logo em seguida, apresentar se for necessário a esses projetos, pedido de urgência.

Quero ler, senhor presidente, o texto do nosso eminente deputado federal, José Genuíno, do PT de São Paulo, que desde 1982 vem lutando para acabar com o voto secreto no Brasil. Existe um projeto dele, na Câmara Federal e existe um projeto do Tião Viana, senador do

Acre, do PT, também acabando com o voto secreto, no Senado Federal. Passo a ler, senhor presidente, a nota emitida, pelo deputado José Genuíno.

(Lê):

“Pelo Fim do voto secreto no Legislativo.

A polêmica gerada em torno da possibilidade de violação do painel de votação eletrônica do Senado, quando da cassação do senador Luiz Estevão, suscita a oportunidade de se debater a natureza das votações parlamentares no Poder Legislativo. Quem acompanha o funcionamento do senador, da Câmara Federal, de uma Assembléia Legislativa ou de uma Câmara Municipal de Vereadores já deve ter percebido que boa parte das votações são abertas e algumas, secretas. Ou seja, na votação aberta sabe-se em qual proposta o parlamentar votou. E na votação secreta, o voto do parlamentar não é conhecido pela opinião pública.

Por discordar da existência de votações secretas nas Casas Legislativas, apresentei, na Câmara, uma Emenda Constitucional propondo o fim do voto secreto nos dois casos previstos pela Constituição relativos ao voto de *impeachment* e ao voto sobre vetos presidenciais. Apresentei também um projeto de resolução para modificar o Regimento da Câmara, propondo o fim dos demais casos de voto secreto como eleição da Mesa, votações sobre decoro parlamentar etc. Registre-se ainda que a Câmara de Vereadores de São Paulo, recentemente, aprovou projeto acabando com o voto secreto. Câmara de Vereadores e Assembléias Legislativas de todo o país deveriam seguir-lhe o exemplo, banindo as votações secretas no âmbito dos poderes legislativos.

O voto secreto nas decisões do Legislativo é uma excrescência que fere a democracia e se opõe ao conteúdo republicano do poder. Ora, na medida em que República quer dizer coisa pública, o voto secreto anula o caráter público da decisão. O conceito de coisa pública ou de República comporta dois sentidos: trata-se, 1) de uma coisa comum a todos os cidadãos e, 2) de algo cujo processo de tomada de decisões deve ser conhecido do público. Por outro lado, no sistema democrático representativo, quando um senador, um deputado ou um vereador vota na esfera decisória do Poder Legislativo, ela não vota apenas em seu nome. Ele é representante dos cidadãos e decide, portanto, em nome dos representados. Os representados, os eleitores, têm o direito inalienável de saber como os representantes votam. Só assim podem julgar adequadamente os representantes nas eleições seguintes. Assim, tanto do ponto de vista republicano quanto do ponto de vista da democracia representativa, votações secretas nas decisões do Legislativo são inconcebíveis e inaceitáveis. O republicanismo democrático exige transparência em todas as decisões do poder.

Por fim, cabe dizer ainda que as votações secretas se prestam a todo tipo de pressões, negociatas, compra de voto e enganações. Quantas suspeitas já não surgiram em torno de votações secretas? E quantas vezes votações secretas já não resultaram em decisões contrárias à von-

tade da opinião pública? Não raro, o voto secreto nas decisões legislativas significa uma traição ao partido, ao eleitorado e à sociedade. Por isso, o único voto secreto que se justifica no processo político é o voto do eleitor na escolha dos governantes e dos representantes. Esse voto deve ser secreto porque o eleitor precisa estar livre das pressões e perseguições do poder. Já todo voto do representante e toda decisão de governo devem ser publicas para que o eleitor possa julgá-los.

Jornal O Tempo - Abril de 2001.”

Então, senhor presidente, com este texto quero primeiro fazer uma homenagem ao grande deputado, José Genoíno, e também homenagear aos ilustres deputados desta Casa que tomaram a iniciativa, e falei para o deputado Algaci Tulio que estarei descendo desta tribuna para assinar o projeto de sua autoria e dizer que nós estamos no perfil, que o Brasil é democrático, democrático é tudo é tudo transparente e translúcido, e somos um País republicano, da coisa pública, o que é público tem que obviamente ser moral, ético e transparente.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças. PL. PSB.

Deputado Moysés Leônidas.

Antes porém, queremos registrar a presença do prefeito Francisco Dantas, de São Pedro do Iguaçu, bem como do vereador Ingo.

Com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu também não poderia deixar de aqui, até aproveitando o Horário da Liderança do PSB, deixar consignada a questão específica de Londrina. Não é a situação mais confortável.

Confesso que na sexta-feira, com a prisão do ex-prefeito Antonio Belinati não foi uma situação agradável em especial para mim, que faço parte da vida pública da cidade. Acho que não deve ter sido também para o deputado Luiz Carlos Alborghetti, exatamente porque esta questão é uma questão local, de âmbito não só estadual como nacional, mas quem acompanhou de perto sabe dessa situação.

Dizem por aí que depois que a onça está morta todo mundo quer tirar fotografia com ela e eu não quero aqui, até porque fiz esta previsão já há dois anos passados, aqui nesta tribuna, do que ia acontecer em Londrina, mas quero, senhor presidente senhores deputados, deixar registrado aqui, que no fundo de todo este mar de lama, em que lamento profundamente até o que deve estar sofrendo a família do ex-prefeito Antonio Belinati, a própria vice-governadora, mas que no início desta administração, fui secretário da Administração do município de Londrina e o meu nome sequer apareceu de brincadeira nas investigações feitas por lá, e acho que a tendência de

nós, latinos, é ficarmos comovidos com a situação, fazermos daí o herói, ou a pessoa passar a ser boa depois que morre, mas a grande verdade é que pela forma latina nossa de ser, esta pena que sentimos em determinada situação, faz com que às vezes, queiramos pagar o mal com o bem. O mal não se paga, o mal não se paga com o mal, o mal se paga com justiça e estamos esperando que a justiça seja feita e que todo esse vexame, esse constrangimento que vemos as famílias passarem, principalmente a família do ex-prefeito Antonio Belinati, que pudesse ser evitado, porque há um sofrimento em torno de tudo isso.

Quero apenas deixar consignado isso e que graças a Deus, saí ileso de toda essa situação, até porque não fomos ouvidos na oportunidade, que havia um risco muito grande e uma responsabilidade para tratar da coisa pública.

Até na mesma linha que falou o deputado Colombo, queria dizer que fiquei extremamente satisfeito, porque entramos com um projeto para acabarmos, no nosso Regimento Interno, com o voto secreto e teve uma repercussão muito grande e isto para nós é muito importante, porque coloca também a Assembléia Legislativa numa posição de vanguarda com relação à própria sociedade que está esperando isso neste momento. Dizer também que acho que temos que fazer isso em regime de urgência, até porque tenho muito interesse no eventual veto da Copel e saber quem é realmente que vota aberto, porque tem muita gente no Legislativo, que acho que não é o caso aqui, do nosso, que fala grosso na tribuna e depois afina a voz, de noite, nos palácios, por aí. Acho que é interessante sabermos quem é aquele que fala grosso e depois afina a voz, quando senta no colo do governo.

Acho que se quiser fazer o trabalho para que este projeto seja votado em regime de urgência, tem da minha parte, como autor, todo o interesse de que também assim percorra.

Acho que a responsabilidade que temos com a coisa pública é geral e vivemos, já disse aqui e volto a dizer que o mundo inteiro está passando por uma alteração, uma nova era sociológica que não é em função do século que terminou, nem do milênio que começou, nem do novo século; é uma posição geral do povo inteiro. Nós, da sociedade brasileira também vivemos muito mais acentuada, essa transformação. Vejo pela minha cidade de Londrina, onde o povo sabe reivindicar, onde o povo luta e onde a sociedade civil organizada vai à luta e até porque o voto secreto não tem necessidade de existir, na medida em que não existe nada secreto na vida pública.

Todo mundo sabe, até a própria imprensa, quando a votação vai ser secreta, quem votou ou quem não votou a favor ou votou contra. Depois, quando ninguém sabe, até os folhetos correm por aí, quem é o deputado que votou a favor, quem votou contra, haja vista o que aconteceu no painel, no Senado Federal.

Quero deixar consignado isso, se houver interesse inclusive dos demais deputados, temos condições de

fazer em caráter de urgência a votação dessa matéria, porque acho que temos que mostrar à sociedade, todos nós, que há uma limpeza geral na questão do voto e que o voto secreto é nefasto às vezes, para a própria democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Carlos Zuk, no Horário do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

A nação brasileira foi sacudida na última semana pela informação do Governo Federal, através de um dos seus mais importantes Ministérios, o Ministério de Minas e Energia, que em solo brasileiro, em regiões perto da nossa, principalmente a Região Sudeste, vai ter, além de uma racionalidade no gasto da energia, um patrulhamento feito nas contas a serem apresentadas àqueles consumidores. A televisão de perto, mostrando os índices de 100, de 500, de 1000 quilowatts, fazendo as multas de 10, de 15, de 100% e até de 300%, fazendo com que aquelas senhoras, donas de casa, viessem à mídia nacional e mostrassem que o governo está errado. E, realmente, está errado, porque nós aqui no Paraná, que não seremos atingidos por aquela medida, temos um outro fato - principalmente na minha cidade de Ponta Grossa e na Região dos Campos Gerais, como acredito em todo o Paraná, um fato que ocorre em nossas casas e que não percebemos. Aquele que cuida quanto gasta por mês pela energia fornecida pela Copel, que vai no início do seu mês, anota o número de Kilowatts que ali está demonstrando e quando recebe a conta da luz também vê o número que ali se apresenta. E um número diferenciado do contador. Aquele contador de luz que mostra a realidade do gasto não é a luz cobrada pela Copel e a água que também é cobrada pela Sanepar não é o número que se encontra no hidrômetro. Isso foi comprovado.

Em Ponta Grossa, numa das emissoras mais ouvidas da cidade e da região, que é a Rádio Difusora, fez uma pesquisa. Em menos de 10 minutos recebeu 15 telefonemas de pessoas que foram roubadas, tanto pela Copel quanto pela Sanepar. E quando procuraram seus direitos foram imediatamente ressarcidas. Foi contar a fórmula que eles fazem: num sentido aleatório, o cidadão que vai medir o consumo da luz que é efetivado em cada residência ou apartamento, não olha o consumo gasto. Num sentido aleatório onde ele faz um comparativo por uma planilha que possui em sua mão, ele lança o consumo da energia gasta naquela residência. Quem reclama recebe de volta, quem não reclama paga igual pato como nós todos e a família do Paraná estamos "pagando o pato". Sem conferir!

Nesses 15 telefonemas dados à rádio Difusora de Ponta Grossa, a sua equipe jornalística ampliou mais: trouxe uma pessoa da Copel para responder o que era

feito. E realmente foi comprovado. Porque a distância que eles olham o contador fica de 4, 5 e até 6 metros e vão anotando, verifiquem nas suas casas. A imprensa que aqui se encontra e tem família como nós e gasta energia como a gente e paga igual a gente, verifique se alguém vai no seu contador e vê, realmente, o que é que foi gasto no seu hidrômetro, o que é que foi gasto com a água.

Se vocês perderem, como aconteceu com aquelas pessoas de Ponta Grossa que foram ressarcidas, anotar o número e anotar o número gasto, e anotar o número apresentado que está transcrito na conta da luz ou da água, não é aquele que se encontra no contador que mede energia e nem no hidrômetro que mede água. Estão fazendo um roubo.

Por que estão fazendo? Porque terceirizaram e aí que vem nossa colocação e a Copel já está revendo isso e nós estamos entrando com um projeto de lei onde obrigamos agora através deste projeto, que o cidadão que chegar na casa do deputado Algaci Tulio, por exemplo, faça a medição e deixe o número gasto de kilowatts final para que ele possa comparar quando receber a conta de luz. Vocês vão ver a diferença que está sendo cobrada. É um verdadeiro roubo pela terceirização que a companhia paga por número de medidores auferidos e por empresas que realmente não gostam do povo do Paraná e estão fazendo isso.

O Sr. Divanir Braz Palma

Concede um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de acompanhar o raciocínio de vossa excelência e dizer que está entrando na Casa, hoje, um projeto de lei, para que se proíba a taxa de religação de água e de luz.

Veja bem, vossa excelência, a pessoa que não paga água por um motivo, ou outro, normalmente por falta de dinheiro ou desemprego, as dificuldades todas que nós estamos passando aí. Porque sem luz a gente fica, porque acende uma vela, uma lamparina, faz uma “gambearrazinha”, se vira. Agora, sem água não dá, água é vida. Se a pessoa vê cortada a água dela é porque está em estado de desespero. Muito bem, pois a Sanepar, se a pessoa atrasa mais de 60 dias, além de cortar ela tira o cavalete e o relógio, o que é outra grande injustiça e ilegalidade também, porque o relógio pertence ao proprietário da casa, mas ela vai lá e tira. E depois que a pessoa paga o que deve, na taxa de religação ela cobra R\$87,00. Vela vossa excelência, que a pessoa não pode pagar R\$15,00, R\$10,00 de conta e ainda vai pagar uma taxa de religação deste valor!

Então, nós estamos com um projeto aí proibindo essa taxa de religação, porque não é justo, não é humano e não é legal. E isso inclusive é fruto do monopólio. Eles não tratam o consumidor como cliente, tratam o consumidor como uma pessoa acuada que não tem para onde ir, se ela não receber água da Sanepar, não recebe de mais ninguém. Morre de sede porque não tem opção.

Então estou com este projeto aí, e concordo com o que vossa excelência diz, que na realidade nós temos que avançar na prestação deste serviço à nossa sociedade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço a oportunidade e encerro, senhor presidente, dizendo que acredito e tenho a certeza que o Plenário e esta Casa haverão de aprovar o nosso projeto, bem como o do deputado Divanir Braz Palma, que corrige uma injustiça que está sendo cometida à família do Paraná, E que nós, também, através de documentos que possui a equipe da Rádio Difusora, onde demonstra esses erros cometidos por leituras não feitas, haveremos de corrigir com este projeto de lei onde o consumidor tanto da água, quanto da luz, terá em mãos o que ele realmente gastou e não aquilo que eles cobram. E quando é cobrado mais, eles devolvem. Acho que precisamos e tenho certeza absoluta que esta correção haverá de ser efetivada, aqui, no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O deputado Sérgio Spada registra a presença do vice-reitor da Unioeste, professor Vilson Scuciaki.

Horário das Lideranças: não há oradores inscritos.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 648/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 648/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste,

integrada pelos seguintes municípios: Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

Parágrafo único - Os municípios que forem criados, na referida região, a partir da sanção desta lei, integrarão a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais locais, de advertência quanto à exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 103/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os jornais com sede no Estado do Paraná que publicam colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, deverão publicar, às expensas dos anunciantes ou não, na mesma página destes anúncios, a seguinte advertência:

“Exploração Sexual e Maus Tratos Contra Crianças e Adolescentes é Crime - Disk 0800-99-0500”.

Art. 2º - Esta advertência deve ser publicada, com destaque, em letras negrito, caixa alta, ocupando o tamanho mínimo de 10x10cm.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação a arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 134/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar a prestação de informações, discriminada e regularmente, nas faturas de energia elétrica ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e sobre os repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), de cada município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.2001

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 317/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a obrigatoriedade da disciplina de filosofia na grade curricular do ensino médio do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 317/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É instituída a “Filosofia”, como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná, necessária ao exercício da cidadania.

Art. 2º - A disciplina “Filosofia” tem por objetivo consolidar a base humanista dos conhecimentos adquiridos pelo educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pelo homem na sua relação com o mundo e a criação de valores culturais, históricos e sociais.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação estabelecerá o conteúdo programático da disciplina, que deverá ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, observando o disposto no Art. 2º.

Art. 4º - A Secretaria Estadual de Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 67/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública Lions Clube Londrina - Independência, com sede e foro no município de Londrina. **(Aprovado. (Publ. no D.A. nº 020/2001, de 20.03.2001).)**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO 0 do Projeto de Lei nº 351/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o curso de engenharia civil no Campus de Foz do Iguaçu da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -Unioeste. PARECER FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbaú, com sede e foro em Imbaú. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Emenda - Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Educacional- CESI, com sede e foro em Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Centro e Apoio à Recuperação Infantil Doutor Hugo Dehé, com sede e foro em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 078/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente dos Bairros da Amizade de Londrina/Creche Antonio Augusto Farias, com sede e foro em Londrina. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2001, de autoria da CPI da Adulteração de Combustíveis e

Sonegação de Impostos, que aprova o relatório da Adulteração de Combustível e Sonegação de Impostos. **(Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

Estou aqui nesta tribuna para encaminhar a votação do relatório da comissão da CPI dos Combustíveis, em nome dos deputados de Oposição, que na oportunidade quando criada esta CPI, nos retiramos e, naquele momento, em função da forma com que foram geradas as cinco CPI's nesta Casa, de uma noite para outra, nós a rotulamos de laranja, não nos referimos ao trabalho que teriam os senhores deputados na composição de membros da CPI mas especialmente, porque essas cinco CPI's vieram com um único intuito, objetivo de bloquear as investigações importantes, como os Jogos da Natureza, como a CPI do Pedágio, como a CPI da Copel-Sercomtel. E que durante esse tempo tivemos a oportunidade de acompanhar as investigações do trabalho da CPI dos Combustíveis, que, ao nosso entender, apesar da importância da questão da adulteração dos combustíveis, da sonegação fiscal que promovem as distribuidoras de combustíveis no Estado do Paraná, nós queríamos dizer que não haveria necessidade nenhuma de criação de uma CPI para apenas, senhores deputados, monitorar e estimular que a Secretaria de Estado da Fazenda, através da sua fiscalização, fizesse as autuações, as abordagens necessárias a coibir a sonegação fiscal nesse setor.

A adulteração, nessa questão nós queríamos dizer que a adulteração também seria muito prática e fácil e de nada adiantou a operação da CPI, porque nós vemos hoje a adulteração e a sonegação continuando a caminhar da mesma forma que eram antes, ou seja, após o impacto do trabalho da CPI, volta-se ao ritmo normal e nada de novo está acontecendo, se não exatamente, o que acontecia antes. Ora, senhores deputados, a adulteração é muito fácil. Basta um trabalho rotineiro do Órgão competente, seja ele vinculado a ordem do Procon, da Tecpar ou até, talvez, do Ipem ou da Agência Nacional ou de uma denúncia da comunidade para o Procon, para que se proceda a análise de um combustível em qualquer posto e que este posto seja notificado, autuando pela primeira e segunda vez e na terceira vez seja lacrada, definitivamente, a sua comercialização.

Não queremos, aqui, desmerecer o trabalho dos senhores deputados, mas queremos dizer que o trabalho exercido, efetivamente, pela comissão foi, além de expedir ofícios para diversos órgãos, colher depoimento segundo cita o relatório de cinquenta pessoas, que nós deputados vamos votar o relatório, mas não sabemos, senhores deputados, o que disseram. Não sabemos que conclusão e qual é o teor do depoimento dessas pessoas. Portanto, não há como votar um relatório que não sabemos o que foi contido nele, que tipo de depoimento,

quem foram as pessoas, qual é a conclusão que chegou a comissão da CPI em relação aos depoimentos. Portanto, não vejo como votar.

Das atividades externas, queremos dizer que foi feito um trabalho muito competente, que é obrigação, competência e função da Secretaria de Estado da Fazenda, através da fiscalização, fazendo a abordagem de veículos, prendendo cargas irregulares sem notas ou com notas fiscais diferentes do produto que carregavam. Queremos dizer que foram feitas visitas a postos de combustíveis, lacrado postos em função de tancagem indevida. Foram apreendidas cargas, feito auditoria em empresas, que é função e competência. E foi feito, efetivamente, não pela comissão e sim pela fiscalização do Governo do Estado. E foram, aqui diz, aplicado multas de onde dezessete milhões de multas, mais vinte e cinco milhões de receita de ICMS devido ao Governo do Estado, que totalizam quarenta e três milhões. Mas, gastaríamos, até faço um requerimento aqui, nesta Casa, para que tenhamos a apuração definitiva para saber se efetivamente, foram recolhidos esses montantes à Secretaria de Estado da Fazenda.

Na questão “dumping”, onde ocupa inúmeras páginas desse relatório, queremos dizer que tendo em vista o livre mercado, o “dumping” é uma coisa que não dá para entender. Tomara que todos os postos vendessem gasolina a baixo do custo, mas sem adulterar, evidentemente. E para isso é muito fácil fazer o controle.

Basta fazer a tomada de amostra e análise pelos órgãos competentes.

Nesse Relatório Final, de conclusão, vemos apenas, várias empresas que foram citadas como empresas que tiveram sido enquadradas por sonegação fiscal. Temos uma relação considerável de empresas que foram autuadas por adulteração. Cargas apreendidas. temos mais uma relação de empresas. Uma relação enorme de empresas, que segundo a CPI, estariam praticando o “dumping”. Aí temos um relatório que cita as empresas que fazem “dumping”, empresas autuadas por irregularidades junto a ANP ou seja, a CPI fez um trabalho de cadastramento para a Agência Nacional do Petróleo. E temos na sequência, um relatório circunstanciado, que confesso, não vi muita circunstância nisso, até porque o relatório, na sua parte conclusiva, aborda o seguinte: que dentro das competências e atribuições legais desta Casa, respeitando os mandamentos constitucionais e investigados, resguardando sempre a oportunidade de recurso e defesa. Os resultados das investigações apontaram a existência da prática de crime contra o Estado. Crimes contra o Estado, o consumidor, sonegador fiscal, adulteração, “dumping”, que foram encaminhados em ANP.

Enfim, na sequência ele cita o seguinte: que na esfera estadual recomenda-se a criação de uma, em caráter permanente, de uma agência ou de um comitê permanente para garantir qualidade e o combate à sonegação, à evasão fiscal, aonde são encaminhados a diversas entida-

des do Governo do Estado, à Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

Mas, não vi este relatório, senhores deputados, em nenhum momento, citar claramente o crime que cometeu cada empresa. Não vi neste relatório o pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal destas que movimentaram milhões e milhões de reais, sonegaram. Mas, senhores deputados, não podemos mandar ao Ministério Público um relatório que, em tese vai ser analisado segundo o relatório por diversos inquéritos policiais, por diversas ações administrativas no Governo do Estado e que não teremos o controle destes resultados. Evidentemente, respeitando o trabalho dos senhores deputados. E quero aqui, deixar bem claro: não estou aqui para dizer que a comissão nada fez. Pelo contrário. Posso, até, dizer que o trabalho foi inócuo, porque hoje a adulteração continua ocorrendo da mesma forma que antes ocorria.

Mas, não vejo como o Ministério Público vá, realmente ouvir estas empresas, se ele não tem, realmente, um indiciamento mais profundo por parte deste relatório. E, até na “boca pequena” temos denúncias em vários lugares, na forma como se conduziu. E aí queremos saber se as empresas autuadas e que tiveram que pagar autuações, pagaram efetivamente autuações para o Governo do Estado ou se este dinheiro entrou nos cofres do Estado ou se foi reduzido, mascarado.

Queremos dizer que este relatório deve ser claro, transparente, com dados, com detalhes, porque temos informações, senhores deputados, diversas empresas que foram convocadas para virem à CPI prestar informações, não vieram, se negaram a vir. E esta CPI nada fez. Nada informou, deixou o dito pelo não dito. E hoje não sabemos, efetivamente, qual foi o resultado.

Queremos deixar, aqui, claro o nosso voto, não pela abstenção, mas sim contrário ao relatório, porque ele relata atividades, mas na verdade, efetivamente, não demonstra em que contribuiu na punição definitiva destas empresas e não pediu ao Ministério Público a apuração. E peço aqui, para que peçamos, senhores deputados, a quebra do sigilo bancário destas empresas que foram autuadas por crime de adulteração de combustíveis.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Continua em discussão.

Em votação.

Aprovado.

O SR. EDSON ESTRAPASSON (**Pela Ordem**)

Peço verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esta Mesa defere e solicita ao 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados, para verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edno Guimarães**)
(**Procede a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
31 senhores deputados responderam a chamada.
Vai se proceder a verificação de votação.
Os deputados que aprovam o projeto de resolução, queiram levantar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)
Senhor presidente. Estamos tendo um problema aqui, por parte dos documentos que foram entregues para que o deputado Edson Strapasson, que foi o deputado encarregado de fazer esta análise para o Bloco de Oposição, e não pegou todos os documentos, segundo o presidente da CPI, Tony Garcia. Não está aqui em nossas mãos. Teria como suspender esta votação de hoje?

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)
Senhor presidente, quando o deputado Tony Garcia expôs, apresentou o relatório na tribuna, levantei uma questão de ordem, já que não foi possível um aparte e pedi encarecidamente que esta Casa, a Presidência me encaminhasse uma cópia do relatório que iria ser votado nesta Casa, para que pudéssemos avaliar e poder pronunciar a respeito, fiz um encaminhamento correto.
Recebi um relatório que me foi apresentado, este que tenho. Segundo o deputado Tony Garcia, o relatório completo é outro. Agora, não tenho bola de cristal. Vou votar por este relatório, o que me foi apresentado, não que peguei o relatório errado. É o que me foi entregue pela Casa.
Se tem um outro relatório, é uma questão que não vou discutir o mérito agora.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)
Gostaria de orientar a Bancada do PSDB, para que se ausentasse do plenário, para dar esse tempo, fazer esse estudo mais detalhado sobre o relatório, e amanhã votaremos com mais tranqüilidade esse projeto.
Não significa que estamos tomando uma posição como Bancada, a favor ou contra. Mas sim, é uma forma de dar um tempo e ele vai ser apreciado amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)
Indago à Mesa, como que vai considerar o voto daqueles que responderam à chamada e estão se retirando?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Vai ser verificada a votação.
31 (trinta e um) senhores deputados responderam presença. Mas pode o deputado que respondeu presença, ter saído do plenário.
Vai se proceder a verificação de votação.
Deputados que aprovam a resolução, queiram levantar.

Nenhum deputado.
Deputados que rejeitam, queiram levantar.
Seis (06) deputados rejeitam.
Não há quórum para deliberação.

O SR. NEREU MOURA
Mas não tem nenhum presente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Não tenho como segurar os deputados.
O que vale é a votação no plenário. Tem seis deputados que rejeitam e no mínimo temos que ter vinte e oito deputados votando. E não tem.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)
Entendo que a votação, se está no período de votação, quem responde a chamada está se dizendo presente. Se ele saiu do plenário, deve ter validade a presença.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Algaci, a Presidência não tem como querer segurar. Infelizmente, não tem vinte senhores deputados.
Não há quórum para deliberar.

O SR. ALGACI TULIO
Senhor presidente, é uma atitude que não é correta, que está tomando neste momento. Ou a Mesa toma uma providência! Quem responde a chamada nominal na hora da votação, tem que assumir a responsabilidade de estar aqui para votar, senão vamos virar mais um problema de painel, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Infelizmente, deputado Algaci Tulio, não tem dezoito deputados presentes e não dá para continuar a sessão por falta de quórum.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 653/99; 663/97 e 190/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 231, 570/99; 001, 046, 114 e 323/2000.

Levanta-se a sessão.